

Sumário

Nota dos autores à 16ª edição	19
Improbidade administrativa e processo coletivo: nota dos autores sobre o impacto da Lei n. 14.230/2021	23
Nota dos autores à 10ª edição	35
Prefácio à 1ª edição.....	41
Apresentação à 1ª edição.....	43
Capítulo 1 ► Introdução ao estudo do processo coletivo.....	47
1. Conceito de processo coletivo, ação coletiva e tutela jurisdicional coletiva.....	47
2. Três conceitos fundamentais para a compreensão do processo coletivo: grupo, membro do grupo e condutor do processo coletivo.....	53
3. Instrumentos para a tutela das situações jurídicas coletivas no direito brasileiro: a ação coletiva e o julgamento de casos/questões repetitivos.....	55
4. A centralização de processos repetitivos como objeto da cooperação judiciária nacional e instrumento da tutela coletiva.....	62
4.1. Generalidades	62
4.2. Centralização e modificação de competência.....	65
5. O processo coletivo como espécie de “processo de interesse público” (<i>public law litigation</i>): Interesse público primário e interesse público secundário no controle jurisdicional de políticas públicas.....	69
5.1. Generalidades	69
5.2. Modelo experimentalista de reparação e medidas estruturantes (<i>structural injunctions e specific performance</i>)	72
5.3. Interesse público primário e interesse público secundário	74
5.4. A implementação e controle de políticas públicas por parte do Poder Judiciário (<i>judicial activism, judicial restraint</i> e ativismo judicial seletivo): ativismo da lei e da Constituição em matéria de políticas públicas no Brasil.....	75
5.5. Para além da “politização da justiça” em uma democracia de direitos: uma conclusão parcial.....	80
6. O microsistema processual coletivo, o papel do Código de Defesa do Consumidor e o diálogo das fontes com o CPC-2015 (era da recodificação)	85
6.1. Generalidades	85
6.2. O CDC como um “Código de Processo Coletivo Brasileiro”	88

6.3. O microsistema do processo coletivo. As relações entre o CPC-2015 e o direito processual coletivo	91
7. Legislação e procedimentos relacionados à tutela coletiva: procedimento comum das causas coletivas (Art. 21 DA LACP e art. 90 do CDC)	96
8. Cultura brasileira da tutela jurídica coletiva	100
Capítulo 2 ► Situações jurídicas coletivas: direitos coletivos <i>lato sensu</i> (difusos, coletivos e individuais homogêneos) e casos repetitivos	101
1. Introdução	101
2. Conceito formal (estrutural) de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos....	103
2.1. Direitos ou “interesses”?	103
2.2. Direitos difusos	110
2.3. Direitos coletivos <i>stricto sensu</i>	111
2.4. Direitos individuais homogêneos.....	112
2.4.1. Generalidades	112
2.4.2. Direitos individuais homogêneos como direitos coletivos: visão crítica da doutrina dos “direitos individuais coletivamente tratados”	116
2.4.3. O julgamento do RE n. 631.111/GO: Núcleo de Homogeneidade e Margem de Heterogeneidade	119
3. Titularidade dos direitos coletivos <i>lato sensu</i> : direitos subjetivos coletivos	120
4. Critérios para a identificação do direito objeto da ação coletiva	121
5. Dos direitos coletivos aos conflitos coletivos: a adequação do processo coletivo às peculiaridades do caso levado a julgamento. A proposta de Edilson Vitorelli.....	124
5.1. Introdução	124
5.2. Litígios coletivos de difusão global	126
5.3. Litígios coletivos de difusão local.....	126
5.4. Litígios coletivos de difusão irradiada	128
5.5. Cumulação de litígios de difusão irradiada com litígios globais e locais	131
5.6. Conclusão.....	133
6. Situações jurídicas coletivas passivas	133
7. Ação repetitiva, ação pseudoindividual, ação relativa a relação jurídica plurilateral indivisível e ação individual com alcance coletivo: distinções e posturas do juiz.....	133
8. Tópicos especiais	137
8.1. Superendividamento e tutela coletiva	137
8.2. Tutela coletiva do direito fundamental à proteção dos dados pessoais.....	139
Capítulo 3 ► Normas fundamentais da tutela jurisdicional coletiva	143
1. Consideração introdutória.....	143
2. Princípio do devido processo legal coletivo	144
2.1. Generalidades	144

2.2. Regra da adequada legitimação	146
2.3. Adequada certificação do processo coletivo.....	147
2.4. Informação e publicidade adequadas	150
2.4.1. Princípio da adequada notificação dos membros do grupo.....	151
2.4.2. Regra da informação aos órgãos competentes para propositura da ação coletiva, sobre a instauração do processo coletivo e sobre o resultado do seu julgamento.....	153
2.5. Princípio da competência adequada	155
3. Princípio da primazia do conhecimento do mérito do processo coletivo	159
4. Princípio da indisponibilidade da demanda coletiva. O problema da desistência da ação coletiva.....	162
5. Postulado hermenêutico do microsistema: aplicação integrada das leis para a tutela coletiva (diálogo de fontes)	165
6. Reparação integral do dano	167
7. Princípios da não taxatividade e atipicidade (máxima amplitude) da ação e do processo coletivo.....	167
7.1. Generalidades	167
7.2. O mandado de segurança coletivo como instrumento processual para a tutela de direitos difusos.....	169
7.3. O <i>habeas corpus</i> coletivo	171
8. Princípio da predominância de aspectos inquisitoriais no processo coletivo.....	173
9. Princípio da primazia da decisão de mérito do processo coletivo em relação à decisão de mérito do processo individual	177
Capítulo 4 ► Competência.....	179
1. Princípio da competência adequada.....	179
2. Competência territorial.....	180
2.1. Distinção entre competência funcional e competência territorial absoluta	180
2.2. A competência para a ação civil pública como hipótese de competência territorial absoluta	181
2.3. Competência quando o dano ou o ilícito for nacional	183
2.4. Competência quando o dano ou o ilícito for regional.....	187
2.5. Competência quando o dano ou o ilícito for estadual	192
2.6. Ação popular ambiental e ação civil pública ambiental: “distinção” em relação a tradicional jurisprudência da competência do domicílio do cidadão. Decisão do STJ e princípio da competência adequada	192
3. Juízos com competência para processar e julgar “ações coletivas”	195
4. Competência material, conflitos coletivos multipolares e litispendência por duplicidade com autores diferentes	197
5. O Tema 1.075 do STF (RE n. 1.101.937/SP) e a competência em caso de dano regional ou nacional para as ações Coletivas.....	199

6. Outras hipóteses de competência da Justiça Federal para processar e julgar ação coletiva	202
7. Competência do STF para as ações coletivas que envolvam conflitos entre estados ou entre esses e a União (Art. 102, I, "f", CF/88).....	203
8. Casos extraordinários de competência originária do STF para julgar a ação popular.....	204
9. Competência para julgamento de ação civil pública sobre poluição visual por propaganda política: Justiça Eleitoral ou Justiça Comum?	205
10. Competência internacional? Litígios transnacionais, transfronteiriços e cooperação internacional em ações coletivas	206
Capítulo 5 ► Conexão e litispendência entre ações coletivas	213
1. Conexão.....	213
1.1. Considerações gerais sobre a conexão	213
1.2. A conexão e a prevenção na tutela jurisdicional coletiva.....	216
1.3. Cooperação jurisdicional nacional e a conexão probatória (art. 69, CPC).....	218
1.4. Conexão após o julgamento de uma das ações coletivas: art. 55, § 1º, CPC, n. 235 da súmula do STJ e a distinção feita no CC n. 144.922/MG, STJ	219
2. Litispendência.....	219
2.1. Considerações gerais sobre a litispendência.....	219
2.2. Litispendência entre demandas coletivas.....	221
2.2.1. Generalidades. Litispendência entre demandas coletivas propostas por legitimados diversos.....	221
2.2.2. Efeito da litispendência entre demandas coletivas com partes distintas.....	222
2.2.3. Identidade da situação jurídica substancial deduzida	224
2.2.4. Litispendência entre as demandas coletivas que tramitam sob procedimentos diversos	225
2.2.5. Há litispendência entre uma ação coletiva que versa sobre direitos difusos e outra que versa sobre direitos individuais homogêneos?	227
3. Relação entre a ação coletiva e a ação individual.....	228
3.1. A ação coletiva não induz litispendência para a ação individual	228
3.2. O pedido de suspensão do processo individual. A ciência inequívoca da existência do processo coletivo e o ônus do demandado de informar o autor individual	229
3.3. A desistência do mandado de segurança individual em razão da pendência do mandado de segurança coletivo. Art. 22, § 1º, da Lei n. 12.016/2009. Possível inconstitucionalidade. Apelo ao microsistema.....	232
3.4. Há continência entre ação coletiva e ação individual?	234
3.5. O direito à autoexclusão (<i>right to opt out</i>) no microsistema brasileiro de tutela coletiva	235
3.6. Possibilidade de suspensão do processo individual independentemente de requerimento da parte (art. 313, V, <i>a</i> do CPC)	237

3.7. Comunicação da existência de processos repetitivos ou outro fato que possa dar ensejo ao ajuizamento de ação coletiva (art. 7º da Lei n. 7.347/1985 e art. 139, X, do CPC)	241
Capítulo 6 ► Legitimação <i>ad causam</i> nas ações coletivas	243
1. Natureza jurídica da legitimação coletiva.....	243
2. Legitimação extraordinária coletiva decorrente de negócio processual: impossibilidade, como regra.....	247
3. Legitimação ativa	248
4. Características da legitimação coletiva.....	250
5. O problema do interesse do substituto.....	252
6. Controle jurisdicional da legitimação coletiva.....	255
6.1. Generalidades	255
6.2. Notas sobre o controle da “representação adequada” no direito estrangeiro	259
6.3. Legitimação adequada nos litígios de difusão global, local ou irradiada: a tensão entre legitimação e participação. A contribuição de Edilson Vitorelli	262
6.4. Legitimação do Ministério Público: relevância social objetiva e subjetiva para a tutela de direitos individuais homogêneos	267
6.5. Síntese conclusiva	268
7. Consequência da falta de legitimação coletiva ativa	269
8. Legitimidade ativa das Defensorias Públicas	270
9. “Legitimidade <i>ad causam</i> ou <i>ad processum</i> ” no mandado de segurança coletivo. Perspectivas.....	277
10. Substituição processual das associações <i>versus</i> representação processual mediante autorização (RE n. 573.232/SC, Tema 82, e o RE N. 612.043/PR, tema 499).....	280
11. Outros problemas relacionados à legitimidade ativa do Ministério Público	288
Capítulo 7 ► Intervenção de terceiros.....	289
1. Assistência	289
1.1. Premissa geral para o exame do interesse jurídico que justifica a intervenção como assistente.....	289
1.2. Causas que versam sobre direitos difusos e coletivos <i>stricto sensu</i>	291
1.2.1. Intervenção do indivíduo.....	291
1.2.2. Intervenção de um colegitimado	292
1.2.3. Intervenção do indivíduo legitimado à propositura de ação popular.....	293
1.3. Assistência nas causas que versem sobre direitos individuais homogêneos (art. 94 do Código de Defesa do Consumidor)	294
1.4. Assistência na ação popular.....	296
2. Intervenção de <i>amicus curiae</i> em ações coletivas.....	298
3. Intervenção móvel da pessoa jurídica interessada na ação popular (despolarização da demanda).....	299

3.1. Generalidades	299
3.2. Intervenção móvel da pessoa jurídica de direito privado e a Lei n. 12.846/2013	303
4. A denúncia da lide em ação civil pública	303
4.1. Generalidades	303
4.2. A denúncia da lide e o chamamento ao processo nas causas coletivas de consumo	306
5. Intervenção de legitimado extraordinário para a defesa de direitos coletivos (<i>lato sensu</i>) como assistente simples em processo individual	309
6. Intervenção dos membros de grupo no julgamento de casos repetitivos e na formação de precedentes	312
6.1. Generalidades	312
6.2. Intervenção dos membros de grupo no incidente de julgamento de casos repetitivos como nova espécie de intervenção de terceiro	313
6.3. Contribuição argumentativa e grau de interesse na controvérsia: os filtros para a avaliação da admissibilidade da intervenção	314
7. Intervenção do membro do grupo na ação coletiva passiva	319
Capítulo 8 ► Procedimentos investigatórios, inquérito civil e produção antecipada de prova	321
1. Procedimentos administrativos e justiça coletiva multiportas	321
2. Inquérito civil	322
2.1. Noções gerais do inquérito civil como matriz dos procedimentos administrativos preparatórios	322
2.2. Inquérito civil e inquérito policial	325
2.3. Efeitos do inquérito civil e dos procedimentos administrativos preparatórios	326
2.4. Discussões em torno do possível objeto do inquérito civil e dos procedimentos administrativos. O problema do inquérito civil em matéria eleitoral	329
2.5. Inquérito civil, procedimentos administrativos e princípio do contraditório: processualização dos procedimentos	331
2.6. Inquérito civil, procedimento administrativo e princípio da publicidade	336
2.7. Instauração	340
2.8. Representação anônima: possibilidade	343
2.9. Inquérito civil, procedimento administrativo e compromisso de ajustamento de conduta	344
2.10. Arquivamento	345
2.11. Reabertura do inquérito civil ou procedimento administrativo e a reapreciação de provas	350
2.12. O inquérito civil, processos e procedimentos administrativos e os crimes relacionados: falso testemunho, deixar de prestar informações e denúncia caluniosa	351
3. Inquérito civil e produção antecipada de prova	354
3.1. Inquérito civil e produção antecipada de prova	354

3.2. O CPC e a antecipação de prova não urgente (arts. 381-383, CPC). A produção de prova para futura ação coletiva independentemente da instauração do inquérito civil.....	356
4. Simultaneidade de procedimentos investigatórios para apurar o mesmo fato (inquérito penal e cível) e prova emprestada.....	359
5. Princípio da duração razoável.....	361
6. Recomendações e <i>ombudsman</i> (“defensor del pueblo”).....	361
7. Cadastro nacional das ações coletivas, inquéritos civis e compromissos de ajustamento de conduta – comitê executivo nacional e núcleos das ações coletivas (NAC).....	365
Capítulo 9 ► Prescrição e decadência das situações jurídicas coletivas	369
1. Generalidades.....	369
2. Classificação dos direitos: direitos-prestação, direitos-poder (direitos potestativos) e direitos-dever	371
3. A imprescritibilidade das ações coletivas	373
4. Regras expressas sobre prescrição e decadência na tutela coletiva.....	375
5. Prescrição e ação coletiva para a tutela de direitos individuais homogêneos. O julgamento do Resp. n. 1.070.896/SC pelo Superior Tribunal de Justiça	378
5.1. Generalidades	378
5.2. O julgamento do Resp 1.736.091/PE pelo Superior Tribunal de Justiça e o retorno do tema da prescrição.....	381
6. Prazo quinquenal para as execuções decorrentes de ações coletivas.....	383
7. (im)prescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário.....	384
8. Início da fluência, impedimento, suspensão e interrupção. Aplicação subsidiária do CDC.....	387
9. A propositura de uma ação coletiva interrompe o prazo prescricional para a ação individual?	391
10. Outras Discussões: protesto para impedir prescrição, a legitimidade e o início do prazo prescricional para a execução individual fundada em sentença coletiva	393
Capítulo 10 ► Autocomposição nos conflitos coletivos (justiça multiportas e tutela adequada em litígios coletivos)	397
1. Generalidades. Justiça Multiportas (<i>Multi-door Justice</i>) como justiça adequada.....	397
2. Da alternatividade à adequação	399
3. Da possibilidade de autocomposição nos processos coletivos e da impossibilidade de renúncia ao direito em que se funda a ação coletiva.....	400
4. O compromisso de ajustamento de conduta: extrajudicial e judicial.....	403
4.1. Generalidades	403
4.2. Órgãos públicos legitimados: Ministério Público, Defensoria Pública, Advocacia Pública (legitimados para o compromisso extrajudicial ou judicial) e os demais colegitimados (legitimados para o compromisso judicial).....	407

4.3. A concreção de direitos e deveres a partir dos compromissos de ajustamento de conduta.....	409
4.4. A utilização da produção antecipada de provas como instrumento que estimula a autocomposição.....	410
4.5. O art. 26 da LINDB e o compromisso de ajustamento de conduta.....	410
5. Audiência preliminar de mediação ou conciliação (Art. 334, CPC).....	413
6. Negócios jurídicos processuais coletivos.....	415
7. Controle da autocomposição pelo juiz. A possibilidade de o juiz participar do procedimento de autocomposição e o dever de controle do mérito do acordo e da adequada representação.....	417
8. Limites à autocomposição nos processos coletivos.....	422
9. Outras ponderações contra o acordo judicial: fiscalização do desequilíbrio econômico e de informações entre as partes.....	424
10. O princípio da primazia do julgamento de mérito, tutela integral do direito, disparidade econômica e a necessidade de produção de prova adequada para a conciliação ou mediação: coisa julgada <i>rebus sic stantibus</i>	425
11. A possibilidade de impugnação pelos colegitimados por meio do recurso de terceiro interessado e outras ações de impugnação autônomas.....	426
12. <i>Design</i> de Sistemas de Disputas (DSD).....	428
13. Acordos coletivos <i>opt in</i> para tutela de direitos individuais homogêneos: ADPF 165/DF.....	429
Capítulo 11 ► Aspectos gerais do processo coletivo.....	433
1. O pedido na ação coletiva.....	433
1.1. Interpretação do pedido.....	433
1.2. O pedido de indenização por dano moral coletivo.....	434
1.3. Ações coletivas e o controle de constitucionalidade.....	438
1.4. Ação coletiva em matéria tributária.....	441
1.5. Ação civil pública em matéria previdenciária.....	443
1.6. Ação civil pública em matéria de FGTS.....	444
2. Abandono em ações coletivas.....	445
3. Desistência em ações coletivas.....	446
4. A reconvenção.....	447
5. A distribuição dinâmica do ônus da prova.....	450
6. Audiência pública.....	450
7. Audiência pública extrajudicial e Ministério Público.....	455
8. Tutela provisória nos processos coletivos.....	458
8.1. Generalidades.....	458
8.2. Relações entre a tutela provisória coletiva e a tutela provisória individual.....	462
8.3. Estabilização da tutela provisória satisfativa e o processo coletivo.....	464
9. Litigância de má-fé e despesas processuais.....	465

9.1. Regime jurídico geral de adiantamento de custas processuais e pagamento de honorários advocatícios de sucumbência nas ações coletivas. A questão específica da prova pericial.....	465
9.2. Outros possíveis condenados em razão da litigância de má-fé.....	469
9.3. Condenação do Ministério Público: responsabilidade da Fazenda Pública.....	471
9.4. Arts. 17 e 18 da Lei n. 7.347/1985	472
10. A atuação do Ministério Público nas ações coletivas	473
10.1. Litisconsórcio entre Ministérios Públicos e o problema da competência	473
10.2. A questão do enunciado n. 489 da súmula STJ	479
10.3. Intervenção como fiscal da ordem jurídica.....	482
10.4. Ministério Público e os direitos individuais homogêneos: função promocional dos relevantes interesses sociais	484
10.5. Ministério Público e o seguro decorrente do DPVAT: cancelamento do enunciado n. 470 da súmula do STJ	488
10.6. Ministério Público e proteção ao erário.....	489
10.7. Ministério Público como parte e a prerrogativa funcional da reserva de “assento à direita do órgão jurisdicional” (Art. 41, XI, Lei n. 8.625/1993).....	490
11. Peculiaridades em relação aos recursos.....	491
11.1. O interesse recursal.....	491
11.2. O efeito suspensivo da apelação	492
11.3. Remessa necessária	493
11.3.1. Generalidades.....	493
11.4. Agravo de instrumento na ação popular	495
Capítulo 12 ► Coisa julgada	497
1. Noções gerais sobre o regime jurídico da coisa julgada.....	497
2. Regime jurídico da coisa julgada coletiva	500
2.1. Nota introdutória	500
2.2. Coisa julgada coletiva nas ações que versam sobre direitos difusos ou coletivos .	501
2.3. Coisa julgada coletiva nas ações que versam sobre direitos individuais homogêneos	504
2.3.1. Generalidades	504
2.3.2. Aplicação da coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i> aos direitos individuais homogêneos e o acórdão proferido no REsp nº 1.302.596/SP (caso Vioxx).....	505
2.4. Relação entre legitimidade, definição do grupo e coisa julgada	508
3. Repercussão da coisa julgada coletiva no plano individual (§§ 2º e 3º do Art. 103 do CDC).....	509
3.1. Generalidades	509
3.2. O autor da ação popular e a coisa julgada <i>pro et contra</i>	512

4. Críticas à extensão da coisa julgada ao plano individual <i>secundum eventum litis</i>	513
5. Transporte <i>in utilibus</i> da coisa julgada penal coletiva para a esfera coletiva e individual (Art. 103º, § 4º, CDC)	519
6. Coisa julgada no mandado de segurança coletivo	520
7. Coisa julgada coletiva e os diversos procedimentos para a tutela coletiva	522
8. Inexistência de limite territorial para a coisa julgada coletiva: o julgamento do RE n. 1.101.937/SP pelo STF (tema 1075 de repercussão geral) e o reconhecimento da inconstitucionalidade do art. 16 da Lei n. 7.347/1985, na redação que lhe foi dada pela Lei n. 9.494/1997	523
Capítulo 13 ► Liquidação e execução da sentença.....	527
1. A liquidação da sentença coletiva	527
1.1. Conceito de liquidação	527
1.2. Processo de liquidação, fase de liquidação e liquidação incidental.....	529
1.2.1. A fase de liquidação (ou liquidação-fase).....	529
1.2.2. O processo de liquidação.....	531
1.2.3. A liquidação incidental (ou liquidação-incidente)	531
1.2.4. Síntese	533
1.3. A liquidação da sentença genérica proferida em processo em que se discutem direitos individuais homogêneos. Liquidação individual por legitimação ordinária e liquidação coletiva por substituição processual (legitimação extraordinária).....	533
1.4. Liquidação de sentença proferida em processo coletivo em que se discutem direitos difusos ou coletivos em sentido estrito (prestações pecuniárias).....	536
1.5. <i>A fluid recovery</i>	536
1.5.1. Generalidades	536
1.5.2. Alternativas atípicas à <i>fluid recovery</i> do art. 100 do CDC.....	540
2. Execução da sentença no processo coletivo	542
2.1. Generalidades	542
2.2. O Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD, Art. 13 da Lei nº 7.347/1985)	545
2.3. A execução da sentença genérica na ação coletiva sobre direitos individuais homogêneos. O problema da legitimidade ativa	548
2.4. Execução fundada em sentença penal coletiva condenatória	554
2.5. Execução coletiva fundada em título extrajudicial. O paradigma da execução das decisões do CADE.....	555
2.6. Execução de decisão que determina a implantação de política pública. A possibilidade de uma execução negociada.....	557
2.7. Delegação de atividade executiva para entidades de infraestrutura específica (EIE): <i>Claims Resolution Facilities</i>	559
2.7.1. Generalidades	559
2.7.2. A possibilidade de constituição de entidades de infraestrutura específica para a resolução de conflitos coletivos no Brasil	561
2.7.3. Interface entre o público e o privado	562

2.7.4. Necessidade de controle público da atividade desenvolvida pela entidade de infraestrutura específica.....	564
2.7.5. Necessidade de consentimento informado.....	566
2.7.6. Autocomposição adequada.....	566
2.8. Regime jurídico das despesas processuais na execução coletiva	568
2.9. Execução de sentença coletiva não impugnada pela Fazenda Pública e honorários advocatícios de sucumbência (súmula do STJ, n. 345, e o art. 85, § 7º, do CPC).....	569
2.10. Execução provisória da sentença coletiva	574
3. Competência para a liquidação e execução coletivas.....	575
Capítulo 14 ► Processo estrutural	579
1. Histórico do assunto	579
2. Conceitos	581
2.1. Problema estrutural.....	582
2.2. Processo estrutural.....	585
2.3. Decisão estrutural.....	587
3. Características	589
3.1. Características típicas, mas não essenciais: a multipolaridade, a coletividade e a complexidade.....	589
3.2. Características essenciais: o problema estrutural, a implementação de um estado ideal de coisas, o procedimento bifásico e flexível, e a consensualidade	594
4. Procedimento.....	594
4.1. Flexibilidade intrínseca e consensualidade.....	594
4.2. As duas fases do processo estrutural: o standard do processo falimentar	595
4.2.1. Primeira fase: constatação do estado de desconformidade e decisão estrutural que estabelece uma meta a ser atingida (um novo estado de coisas)	596
4.2.2. Segunda fase: implementação da meta estabelecida na decisão estrutural.....	597
4.2.2.1. Definição do tempo, modo e grau de reestruturação, do regime de transição e da forma de avaliação/fiscalização das medidas estruturantes.....	598
4.2.2.2. Liquidação estrutural	606
4.2.2.3. Decisões em cascata.....	607
4.3. Algumas técnicas de flexibilização do procedimento no processo estrutural	608
4.3.1. Atenuação das regras da congruência objetiva externa e da estabilização objetiva da demanda, com possibilidade de alteração do objeto	608
4.3.2. Legitimidade democrática pela abertura do processo à participação de terceiros	611
4.3.3. Atipicidade dos meios probatórios.....	612

4.3.4. Atipicidade das medidas executivas. Delegação de atividade executiva para entidades de infraestrutura específica (EIE): Claims Resolution Facilities.....	613
4.3.5. Atipicidade da cooperação judiciária.....	615
4.4. Adoção do procedimento comum do CPC, com trânsito de técnicas	617
Capítulo 15 ► Processo Coletivo Passivo	619
1. Nota introdutória.....	619
2. Conceito e classificação das ações coletivas passivas. As situações jurídicas passivas coletivas: deveres e estados de sujeição difusos, coletivos e individuais homogêneos	619
3. Exemplos de ações coletivas passivas.....	623
4. Aplicação subsidiária das regras do processo coletivo ativo	630
5. Coisa julgada no processo coletivo passivo	632
5.1. Consideração geral	632
5.2. Coisa julgada nas ações coletivas passivas propostas contra deveres ou estados de sujeição difusos ou coletivos <i>stricto sensu</i>	632
5.3. Coisa julgada nas ações coletivas passivas propostas contra deveres individuais homogêneos.....	634
6. Consideração final.....	636
Bibliografia	639